



# PASQUIM FEMINISTA

INFORMATIVO LIBERTÁRIO ROSA GOMES

NESTA  
EDIÇÃO

PASQUIM FEMINISTA

Publicação do COLETIVA FEMINISTA GSEX  
ANO II - Nº02

Data de fechamento: 15/08/2023

Geovana Lara Clemente Rocha  
Idealizadora do projeto

Maria Meire de Carvalho  
Coordenadora do projeto

Ana Gabriela Colantoni  
Revisora do projeto

Ana Carola Cavalcante  
Design e diagramação gráfica

ACOMPANHE NOSSAS REDES:

@coletivagsex

Coletiva Feminista GSEX  
gsexgoias@gmail.com

Quilombo Substantivo Feminino . Las Flores do Cárcere . Agosto Lilás . Canal Youtube GSEX . Enquanto isso vivo  
A Coletiva Feminista Gsex . LGBTFOBIA é Crime . A Marcha das Margaridas . Poesia . Informativo

## QUILOMBO, SUBSTANTIVO FEMININO

Como mulher e negra, numa sociedade que ainda sobrevive sob a égide do colonialismo e toda a sua herança escravocrata, a missão de se situar no mundo, com uma identidade livre de estigmas não é tarefa simples. Somente na fase adulta tive a compreensão de minha identidade racial. Para abandonar a categoria morena, para enfim assumir minha identidade negra, precisei trilhar um longo caminho.

A aceitação da minha estética foi o primeiro passo, depois a aproximação com a minha cultura e valores ancestrais, etapa que tive na capoeira angola uma aliada fundamental; depois na escuta atenta de uma literatura e intelectualidade de feministas negras como Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Djamilia Ribeiro e tantas outras que há muito pautavam questões que me afetam, e, por último, pela trajetória de reconexão com minha própria ancestralidade.

Descendente de uma família hegemonicamente liderada por mulheres, não pela ausência da figura masculina, vez que o pai, os os tios, irmãos e primos, sempre estiveram presentes, mas dada a alta relevância da figura da mulher a ditar a linha, a organização, o modo de vida, os valores que sustentaram e continuam a sustentar nosso lugar no mundo, minha questão atual gira em torno da complexidade de assumir minha identidade de mulher quilombola.

A presença do presidente da Fundação Palmares na cidade de Goiás no fim de 2017, a fim de certificar a existência de um território quilombola na região onde eu nasci e cresci, despertou esse processo de busca. A partir daí sigo numa rota de compreensão do que significa ser uma mulher quilombola. São muitos os desafios colocados: apreender os contornos sociais e jurídicos que advém desse processo de afirmação, assumir um protagonismo, ao lado das mulheres, crianças e anciãs que resistiram e resistem nesse território, na busca por nossa autodefinição e autodeterminação, assumir um lugar de porta vozes de nossas próprias narrativas antes apagadas, silenciadas estigmatizadas. Essa trajetória de reencontro que está em curso não é tarefa simples porém é uma alento, na medida em que hoje já é possível compreender que o Quilombo é um universo marcado, construído e sustentado pela matropotência feminina. E será pelos corpos e vozes das mulheres quilombolas que souberam com sabedoria e resiliência construir e manter esses territórios de liberdade que iremos ressignificar nossa existência.

Por: **Alessandra Rodrigues de Jesus**  
mulher negra, mãe, quilombola, capoeirista,  
advogada, mestranda em antropologia social pela UFG.





# LAS FLORES DO CÁRCERE

Por: Gabriela Magalhães

Doutoranda em Estudos Linguísticos (PPGLL/UFG), Professora de Linguagens, Pesquisadora de mulheres e letramento feminista. Mestre em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI/UEG) (2022). Especialista em Linguagem, Cultura e Ensino (UEG) (2022). Licenciada em Letras/ Português/ Inglês (UEG) (2020). Autora da obra "Imagens de cárcere e de encarcerados na voz de estudantes de graduação: uma análise discursiva".

Seria possível que uma flor após anos de cárcere pudesse florescer? Sim. Dedico este texto, às setes guerreiras que, por tanto tempo, foram silenciadas e hoje me ajudaram a contar suas histórias. Sete mulheres goianas, mães solas, brasileiras e irmãs. Essas mulheres são a voz de várias outras egressas do cárcere nesse país. Os enunciados das mulheres que foram privadas de liberdade são clivados por discursos que circulam a respeito do sistema carcerário feminino e revelam a ordem da dizibilidade sobre castigos, suplícios, saberes e poderes disciplinares num dispositivo panóptico que, arquitetonicamente, é produto de uma biopolítica produzida para marginalizar também fisicamente, por meio da reclusão e invisibilidade, percebendo o apagamento de estatísticas, de projetos de inclusão social e de políticas públicas de cuidado com encarceradas e egressas do cárcere.

Trata-se, mais uma vez, de uma negligência e de um desmazelo do sistema jurídico e penal em relação a esses corpos, segundo Foucault, considerados infames. Mulheres que se constituíram no período pós-cárcere: como tristes, criminosas, más, até loucas, mas foram qualificadas assim por sujeitos que não conheciam suas dores e suas realidades, porque eles não sabem das marcas físicas e psicológicas deixadas em seus corpos, em decorrência de sentidos outros negativos e deturpados que transpassam seus corpos, pois elas deixam o cárcere, mas o cárcere não deixa seus corpos. Nossas flores tem nomes: Daya (Violeta), Teresa (Rosa), Suzanne (Margarida), Taystee (Orquídea), Martiza (Azaléia), Galina Red (Acuçena) e Macarena (Tulipa), as protagonistas desta história, foram e vão continuar sendo resistência, porque mesmo passando pelo cárcere elas ainda lutam, levantam-se e carregam – além das marcas e preconceitos sofridos – sonhos e projetos a serem realizados.

Muitos são os resquícios das práticas de docilização dos corpos nessas mulheres, com ênfase na organização do espaço e no controle do tempo. Outro ponto que podemos perceber é a forte manifestação das práticas de liberdade/submissão na situação atual do cárcere. Percebemos que se deu maior relevo aos discursos que falam da subjetividade dessas mulheres sobre o fato de estarem presas, mas se sentirem ociosas; além de abordar a forma como são tratadas a partir do momento que são algemadas.

Para Butler (2019), é necessário fundamentar ou verificar a respeito das ofensas e violações para compreendermos que a própria matéria funda-se em outras violações, as quais ocorrem inconsciente e repetidamente na contemporaneidade. Essas narrativas representam resistência ao poder e esperança que, de fato, possamos contribuir com a reintegração social das egressas, porque, como Foucault (2014b) discorre, ocorre de algum poder que vem de nós e somente nós podemos fazer com que o poder seja usado para a real mudança da sociedade.

Logo, a prisão é um ato político, porque se define em regras políticas, todos e todas nós que atendemos a essas características do que deve ser abominado, marginalizado, controlado e, em última instância, exterminado – como mulheres, pobres, negras e LGBTQIAPN+ -, coloca-nos na mira e na possibilidade de uma prisão (BORGES, 2019). As prisões tornaram-se um buraco negro onde os detritos do capitalismo contemporâneo são depositados. O encarceramento em massa gera lucros à medida que devora a riqueza social e, portanto, tende a reproduzir as próprias condições que levam os sujeitos para prisões (DAVIS, 2003). Nas palavras de Arroyo (2019), são vidas ameaçadas, mães resistentes, com as quais aprendi, e por isso, não irei me calar, que enquanto viver eu irei lutar por aquilo em que acredito e serei resistência – tal como essas mulheres, pois suas as vozes precisam ecoar e serem legitimadas.



# AGOSTO LILÁS!

Por: **Maria Meire de Carvalho**

professora da UFG, Campus Goiás. Coordenadora da Coletiva Feminista GSEX e da PASQUIM FEMINISTA.

O termo Agosto Lilás faz referência ao mês da conscientização pelo fim das violências contra as mulheres. Tem como objetivo alertar a população para a importância da prevenção e do enfrentamento a essas violências. E cá estamos enquanto mulher e responsável pela circulação da PASQUIM FEMINISTA - canal feminista de comunicação da Coletiva GSEX -, a disseminar e alertar para esse tema tão importante. Em 07/08/2023, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), completou 17 anos; atualmente essa Lei é reconhecida mundialmente como primordial para o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres brasileiras. No entanto, é relevante entendermos que é necessário cobrar do Estado políticas públicas que discutam a matriz do patriarcado, do machismo e do racismo estrutural em nossa sociedade. É preciso enfrentar de maneira mais eficaz as estruturas institucionais que continuam dando condições de perpetuação às violências. Assegurar a proteção e a segurança para as vítimas são questões indispensáveis, mas fica a indagação: a quem interessa a manutenção das violências? O Estado realmente questiona o sistema de poder patriarcal, colonial e capitalista?

Somente pensando as estruturas sociopolíticas sem romantização e fora do dogmatismo conservador será possível coibir essas injustiças e barbáries. A Lei Maria da Penha enquanto legislação garante o direito à proteção das mulheres vítimas de violências, mas romper efetivamente com essa situação de constante opressão de gênero está para além da aplicação da Lei. O nosso sistema sociopolítico precisa avançar. É urgente estender um projeto de educação que contemple amplamente as discussões que mostram como estão estruturadas as relações de gênero e de poder e como elas podem trazer sofrimentos e até a perda da vida das mulheres.

Já avançamos, mas muito ainda está por avançar, tanto que foi no ano de 2022, que a Lei Maria da Penha ampliou sua aplicação aos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres transgênero. E foi somente agora em 01/08/2023, que o STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional. O sistema é perverso, por isso temos que lutar para que todos os dias sejam lilás, para que todos os dias sejam dias de paz para todas as mulheres, ressaltando que raça, gênero e classe são pautas urgentes e elementares nesse processo.





# CANAL YOUTUBE GSEX e estereótipos de gênero

Por: Ana Colantoni

Integrante da Coletiva Feminista GSEX e  
professora da UFG (Câmpus Goiás)

Em 27 de março do ano de 2023, inauguramos o canal GSEX no YouTube. Na ocasião, partilhei uma fala com as colegas e amigas: Maria Meire de Carvalho e Sônia Maria Alves da Costa. Maria Meire é a fundadora e coordenadora do GSEX há 14 anos, uma pessoa com histórico significativo de luta contra o patriarcado. Sônia é advogada e professora da UnB, tem um trabalho antigo de assessoria jurídica para mulheres e hoje soma com o GSEX. Então, foi com alegria que dividi a fala com essas pessoas queridas, bem como agradei às pessoas que passaram pela coletiva deixando seu legado. Na oportunidade, partilhei meus estudos recentes sobre a questão dos estereótipos de gênero, que nos subjagam e nos oprimem.

O estereótipo da prostituta, como mulher vadia e trapaceira, nos controla para assumirmos os trabalhos domésticos. O estereótipo da dona de casa, como mulher ingênua, supérflua, doce, excessivamente paciente, sensível e fofoqueira, nos controla para ganharmos o mercado de trabalho e sermos cada vez mais produtivas. Ainda que consideremos as interseções de raça, classe, orientação sexual como fatores agravantes, não podemos negar que opressão, controle, subjugação e violência são realidades de todas as mulheres.

A opressão vivida por uma reflete, nem que seja indiretamente, na outra. Nesse sentido, precisamos subverter estereótipos para vivermos a tal liberdade sem o peso da opressão. Mulheres são múltiplas, com múltiplos desejos e necessidades. Todas importam, nenhuma pode ser rebaixada. Precisamos de sororidade. O canal visa assim criar oportunidade de fala, especialmente, para as silenciadas.

# ENQUANTO ISSO, VIVO

Por: Ruth Vaz Costa

e-mail: [ruth1985@gmail.com](mailto:ruth1985@gmail.com)

Graduada em Artes Plásticas - IFCE

Sou uma mulher negra de pele clara, nordestina, feminista, bissexual, mãe, servidora pública da Cultura e formada em Artes. E é no centro dessas esferas que eu sou força de trabalho. Hoje é 1º de Maio. Minha filha está com o pai biológico na visita quinzenal de fins de semana. Enquanto isso, eu e meu companheiro fizemos compras, organizamos a casa. E agora, tenho até sua volta para escrever este texto. Depois, eu estou para ela. Tem sido assim há quase uma década. Eu trabalho e produzo num enquanto: enquanto ela estuda, enquanto está com um dos pais, ou enquanto está na casa de uma amiga, enquanto ela dorme. E ela está comigo também em um enquanto: enquanto está comigo no trabalho, enquanto fazemos compras, enquanto faço comida... E entre esses enquanto, temos momentos somente nossos, nas brechas do tempo. Essa dinâmica envolve sempre a sensação de insuficiência que sufoca e entristece. E nos culpa: nunca seremos mães que não trabalham, e nunca seremos mulheres trabalhadoras sem filhos (ou que não cuidam de alguém). Hoje, neste exato momento, além do debate com o atual governo para a valorização do servidor público do Executivo, pela consolidação do plano de carreira para a Cultura, além de mais concursos, precisamos reivindicar a reconquista do nosso tempo.

Precisamos, mais uma vez, lutar por menos horas de trabalho e mais pessoas trabalhando. É entristecedor: temos total dimensão do problema causado pela nossa relação com o trabalho dentro do patriarcado e do capitalismo, e estamos receosas em tomar o poder que é nosso para reverter essa situação que nos faz viver nos enquanto: enquanto não trabalho, enquanto não cuido, enquanto não durmo.

Minha filha é, desde 2022, uma criança com certidão de nascimento constando o nome dos dois pais na sua filiação. Precisamos retomar, para todas as trabalhadoras, a importante discussão sobre qualidade de vida e superar a luta pela sobrevivência. Precisamos socializar a criação das crianças, extinguir a divisão sexual do trabalho dentro de casa. Devemos abolir a culpa como mecanismo de controle e lutar pelo direito de termos tempo com renda digna!





# A COLETIVA FEMINISTA GSEX MARCANDO PRESENÇA NO MARÇO FEMINISTA

Por: **Aia Hipácia**

Aia Hipácia (Vânia dos Santos Silva)  
faz parte da Coletiva Feminista GSEX e  
é professora da UEG

No mês de março há mais de um século temos o dia 8 como referência da Luta Internacional das Mulheres. Aproveitamos essa data para lembrar quem veio antes e comprometeu-se com as lutas importantes pela garantia dos nossos direitos políticos e lutou para garantir os direitos sociais que possibilitam maior justiça social para todas as mulheres.

É sempre importante sublinhar que a nossa luta é todo dia! Infelizmente, ainda não alcançamos um grau de justiça de gênero que nos permita descansar um dia sequer sem combater as opressões do patriarcado, do racismo e do sistema econômico explorador capitalista. Todos os dias nós mulheres lutamos por justiça e por dignidade para todas as pessoas; e é por isso que a luta feminista é tão fundamental, pois os seus benefícios alcançam todas as pessoas. Todos os dias nós lutamos contra os assédios, contra as violências machistas, contra as violências que mulheres negras, indígenas, periféricas, quilombolas, ribeirinhas, mães, mães solo, mulheres não mães e toda a rede de mulheres em sua diversidade sofrem por serem mulheres.

A Coletiva Feminista GSEX (UFG), uma coletiva de mulheres diversas realizou nesse mês de março um conjunto de ações na cidade de Goiás. As ações foram diversificadas e o público que se somou também. Ao todo seis ações foram realizadas, sendo elas: a) Caminhada para repensar as desigualdades: gênero e juventude, realizada com alunos do 2º e 3º ano do ensino médio matutino do centenário Colégio Lyceu de Goyaz; b) Violências de gênero e o sistema patriarcal: diálogos plurais foi um debate frutífero transmitido pelo canal no YouTube da Coletiva GSEX; c) Oficina criativa de mandalas: por onde passam os sonhos? A oficina aconteceu no Largo da Carioca, com um público diverso que frequenta o local; d) Tecer lutas e compartilhar solidariedade foi uma roda de conversa realizada na praça do bairro Alto Santana com o público que passava por aquele local e permaneceu para compartilhar histórias da vida; e) Cadê as mulheres na filosofia? Foi uma roda de conversa com os alunos do 2º e 3º ano do ensino médio vespertino do Colégio Lyceu de Goyaz, foi uma conversa rica de desconstrução do cânone da Filosofia; f) Sarau-Mulherau, foi uma noite de recitação de poesias e poemas compostos por mulheres na Universidade Estadual de Goiás. É caminhando na perspectiva de um fazer coletivo que a Coletiva Feminista GSEX efetivou importantes ações durante todo o mês de março. As ações tiveram um caráter reflexivo, questionador, propositivo, observador e de diagnóstico de realidades muito diferentes das mulheres que participaram das ações.

O mês de março marca uma jornada de ações que por sua vez ocorrem o ano inteiro, pois é assim que garantimos uma mudança real para garantir o nosso direito de viver uma vida sem violência, uma vida com segurança, sem importunação, uma vida boa, uma vida feminista! Mulheres juntas mudam o mundo!

# LGBTFOBIA É CRIME!



Por: Letícia Garces de Souza

O dia 17 de maio é reconhecido como Dia Internacional contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, a LGBTfobia, equiparada à discriminação por raça, o racismo, e definida na Lei Federal nº 7.716/ 1989 por decisão do Supremo Tribunal Federal - STF em junho/2019. Assim, a partir da decisão, quem ofender ou discriminar gays, lésbicas, bissexuais ou pessoas transgêneros está sujeito a punição de um a três anos de prisão, prevista na Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Assim como o crime de racismo, a LGBTfobia é crime inafiançável e imprescritível. Criminalizar a LGBTfobia foi um grande avanço na proteção da população LGBTQIA+, rumo à cidadania plena e efetiva, mas precisamos continuar na evolução, a fim de prevenir e combater todas as formas de violências contra a população LGBTQIA+ no Brasil que continua liderando o ranking de países que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo. Outro avanço, foi a decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ - , estabeleceu que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) também deve ser aplicada aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transgênero.

Mas infelizmente, pelo 14º ano seguido, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans; foram 131 em 2022, o que revelou o "Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras", da ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais com dados da @antra.oficial, houve um aumento considerável de casos de violência ou assassinato em razão da identidade de gênero ou orientação sexual nos últimos anos. Segundo o dossiê, o perfil das vítimas no Brasil é o mesmo dos outros anos: mulheres trans e travestis negras e empobrecidas, escancarando as violências e opressões que extrapolam a questão de gênero em relação direta com a questão racial: 76% das vítimas eram negras; 24% brancas. A prostituição continua sendo a fonte de renda mais frequente, revelando a falta de oportunidades. Apesar dos avanços, ainda vivemos um momento de epidemia generalizada de violências explícitas contra pessoas LGBTQIA+, mulheres e outros grupos minoritários. Nesse cenário é de suma importância discutir e levar adiante o tema, dar notoriedade, dar visibilidade para o 17 de maio, e combater todas as formas de preconceito e violência.

E lembre-se! Você não precisa ser LGBTQIA+ para lutar por direitos humanos e respeito, para lutar pelo fim de todas as formas de opressão e violência. Vamos juntas!!

**Referencias:** BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p. ISBN: 978-85-906774-8-2. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>>. Acesso em 10 de mai. 2023. STJ. Superior Tribunal de Justiça. Sexta Turma estendeu proteção da Lei Maria da Penha para mulheres trans. 2022. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29012023-Sexta-Turma-estendeu-protecao-da-Lei-Maria-da-Penha-para-mulheres-trans.aspx>>. Acesso 10 de mai. 2023. STF. Supremo Tribunal Federal. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. 2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>. Acesso 10 mai. 2023.





# A MARCHA DAS MARGARIDAS E A RETOMADA DA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL 2023

Por: **Erika Macedo Moreira**

professora do Curso de Direito da UFG, Campus Goiás.  
Coordenadora do Ofungo (Observatório Fundiário Goiano).

*É melhor morrer na luta, do que de fome.*  
Margarida Alves - 05/08/1933 – 12/08/1983

No dia 16 de agosto de 2023, Brasília foi palco da 7ª edição da Marcha das Margaridas, evento criado nos anos 2.000, que reúne mulheres dos movimentos sociais e sindicais do campo, das águas e das florestas. O evento é uma homenagem a Margarida Alves, liderança sindical do estado de Paraíba, que foi assassinada pelo latifúndio, com um tiro no rosto, no quintal de sua casa, em decorrência das lutas por direitos e contra a violência do latifúndio.

Segundo o sítio Jubileu Sul, com base na pesquisa de Luanna Rodrigues “por trás desse disparo e dessa cena bárbara, está uma ampla estrutura que envolve o poder econômico/territorial e a rede de poder político-jurídico que dele resulta, garantindo a impunidade dos grandes proprietários de terra apontados como mandantes do assassinato”.

Apesar de não concordar com o conceito de impunidade apresentado pela autora, uma vez que estamos diante de uma estrutura jurídica e administrativa que produz processos intensos de legalização das ilegalidades, a partir das engrenagens jurídicas, ficou evidenciado como as bases oligárquicas do Grupo Várzea (formado por 60 fazendeiros, três deputados, 50 prefeitos e o proprietário da Usina Tanques) operaram, pela violência, grilagem/ expropriação de terras e injustiças socioambientais, na produção e garantia de seus interesses – eliminando toda e qualquer oposição. Apesar dos esforços das bases oligárquicas em eliminar a força da primavera (já que somos sementes germinadas de Margarida), foram mais de cem mil mulheres de todo o Brasil, com delegações dos 26 estados, além do Distrito Federal, marchando por cerca de 6km (percurso que foi do pavilhão de Exposições do Parque da Cidade até a Esplanada dos Ministérios), na busca por reparação histórica e justiça por Margarida Alves, mas também para dar visibilidade aos problemas que HOJE ainda envolvem o reconhecimento social e político da lida das mulheres do campo. Em resposta às denúncias que envolvem os conflitos agrários e a violência (doméstica e estrutural), os quais as mulheres rurais estão submetidas, o Governo Federal anunciou a criação do Programa de Quintais Produtivos para Mulheres Rurais.

O projeto será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e pelo Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ao final da Marcha, o Presidente Lula esteve no evento e anunciou um outro conjunto de medidas que apontam para a retomada da Política Nacional de Reforma Agrária, estagnada desde 2016, com o golpe/ impeachment da Presidenta da Dilma Rousseff. Entre as medidas, destacamos:

- Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios – o projeto tem o objetivo de combater a misoginia e violências de gênero contra as mulheres. Serão disponibilizadas 270 unidades móveis para acolhimento e orientação às mulheres, 10 carros para locomoção das equipes e para transportar equipamentos de atendimento às usuárias. Além disso, serão destinados barcos e lanchas para regiões com necessidade de implementação do serviço fluvial.
- Bolsa Verde – a medida prevê um pagamento a famílias inseridas em áreas de proteção ambiental e que se enquadrem em situação de baixa renda. Antes, o pagamento por família era de R\$ 300. Agora passa a ser de R\$ 600.
- Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológica no Semiárido – o ato busca colocar mulheres como protagonistas no processo de produção de alimentos saudáveis e preservação de biomas. O edital estabelecerá 50% das vagas para mulheres. Serão R\$ 23,5 milhões para cerca de 5,5 mil beneficiárias.
- Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais – a medida visa implantar, por meio do Mutirão de Documentação da Trabalhadora Rural, o acesso à documentação, à titulação conjunta da terra e ao território.

Segundo Elenízia da Mata, vereadora da Cidade de Goiás e coordenadora da Caravana que reuniu a delegação da Cidade de Goiás e Itapirapuã, “colocar nossos corpos à disposição da luta das mulheres camponesas e ir para a Marcha é ter certeza de que a luta social é o que garante nossos direitos e a transformação das bases operantes da injustiça!”

Com certeza, um evento maravilhoso, intergeracional, com cores, aromas, sabores e muita criatividade, que revigorou nossas energias para seguir acreditando ser possível acabar com o latifúndio, com a concentração de terras e a destruição da natureza: nossa fonte de vida! Viva a Reforma Agrária Popular! Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver! Vida longa aos movimentos sociais e sindicais do campo, das águas e das florestas! Viva as mulheres que não fogem da luta! Margarida Alves: presente, presente e presente!

*"Medo nós tem, mas não usa!"*

Margarida Alves



Te vejo no céu  
Aviões passam por tua cabeça  
E fazem barulho  
Uma serenata  
Do metal  
Abrindo espaços  
Entre algodões  
Na vista azul.

Em posição materna  
Você criando  
Cria  
Acariciando  
Cria  
Cai uma lágrima  
E a criatura é vida.

Criador  
Pés fincados  
Tais aos do gavião  
Em seu alimento  
Tais aos da árvore  
Em desfavor do vento.

Toca-me de longe  
E eu lhe dedico palavras  
Te escrevo em papel amassado  
Junto a um copo sujo  
Uma garrafa vazia  
E a vontade de voar.

**Por: Fernando Serafim é professor da Vila Esperança (Goiás-GO)**

# POESIA

Carrego uma menina negra, magra  
e crescida com o sangue de mulher  
preta e silenciada pelos becos da vida.  
A menina inocente que saiu da roça  
pra estudar e sentir a maldade crua.  
Quase que sua vida não era mais sua.  
Pra se tornar padrão alisou seu cabelo,  
mas não era ela por trás do espelho.

A neguinha aprendeu a se amar  
e seu cabelo natural começou a usar.

Foi pra universidade buscando  
independência e lá aprendeu que seu  
sobrenome é resistência.

Disseram pra ela que cota é esmola,  
mas que culpa ela tem de ser quilombola?

Aprendeu a ser professora  
e conheceu os movimentos sociais,  
Luta contra a força repressora  
e da vida ela quer um pouco mais.

**Por: Ana Maria F. Maia**

## Informativo:

No semestre 2023/2, a coordenadora e a vice-coordenadora da Coletiva Feminista GSEX, professoras **Maria Meire de Carvalho** e **Ana Gabriela Colantoni** vão ministrar a disciplina denominada: **"MULHERITUDE, MULHERIDADE E MULHERISMO AFRICANO: FEMINISMOS E DIVERSIDADE"**.

A mesma será ofertada às terças-feiras das 14:00h às 17:30h na Sala de Video da Biblioteca do Campus Goiás da UFG. Serão designadas 10 vagas para Núcleo Livre e 05 vagas para pessoas da Comunidade.

As aulas iniciarão no dia 26/09/2023.

**COLETIVA  
FEMINISTA  
GSEX**

